

[> Quadro informativo](#)

Quadro informativo

**Pregão Eletrônico N° 90006/2026** (Lei 14.133/2021)**UASG 927919 - DEFENSORIA PÚBLICA DO EST DO RIO DE JANEIRO** Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto**

Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (1)**Impugnações (0)****Esclarecimentos (2)**

04/05/2026 11:13



1 - Favor informar se a isenção de ICMS para empresas do Rio de Janeiro tem aplicação neste pregão?

Isenção de ICMS para Órgãos Públicos Estaduais

Regra Geral: Ficam isentas do ICMS as operações e prestações internas (dentro do estado) destinadas à aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

Aplicação: Essa isenção é um benefício fiscal destinado a desonerar a compra pública, facilitando processos licitatórios.



1 - Quanto à aplicação da isenção do ICMS, verifica-se que o item 13 do Edital n.º 2071455/2026 trata das condições de pagamento, estabelecendo, em seus subitens 13.6 e 13.7, condições e especificações acerca do assunto.

13.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

13.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

Dessa forma, conclui-se que, para empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, a apresentação de proposta com isenção de ICMS configura exigência obrigatória, desde que o objeto da contratação esteja



30/04/2026 20:40



1 - Solicitamos esclarecer se, em função da carga e altura a ser



1 - O questionamento versa sobre a necessidade de exigência, para fins

Incluir esclarecimento



Acesso à
Informação